

EDITORIAL

Estabilidade Política

Educação, saúde, emprego, combate à corrupção... e estabilidade política. Enfim...progresso, como se diria noutros tempos.

Desde 2002 São Tomé e Príncipe teve quatro Primeiros-Ministros e Governos, uma tentativa de golpe de Estado, crises entre o Presidente, o Governo e a Assembleia Nacional, escândalos de corrupção com dinheiros públicos. Por outro lado, São Tomé e Príncipe abriu o seu mercado bancário a 5 novos bancos, impulsionou o mercado dos seguros, liberalizou as telecomunicações e atribuiu novas licenças a novas emissoras de rádio. Entretanto, São Tomé e Príncipe recebeu o seu primeiro bónus de assinatura de um contrato de exploração petrolífera e anunciou o turismo como a alternativa à mono-actividade da exploração petrolífera.

Dir-se-á que é muito para um país de pequenas dimensões como São Tomé e Príncipe. E não é nada pouco. Mas depois de 30 anos de independência dos portugueses, os cidadãos de São Tomé e Príncipe esperam mais. Esperam que o resultado das eleições legislativas traga ao país um Governo competente, capaz de implementar as medidas necessárias para impulsionar São Tomé e Príncipe para o desenvolvimento. Esperam um quadro de estabilidade em que as instituições se entendam e os homens se acertem na direcção a seguir.

Por motivos diferentes, quem investe ou pensa investir o seu dinheiro, saber ou competência em São Tomé e Príncipe espera a mesma estabilidade, política e social. É que a estabilidade política, institucional e social é como um adubo para o crescimento, o desenvolvimento, o investimento... e dela beneficiam o país, as pessoas e os investidores. Mas não nos enganemos, a estabilidade é um factor de potenciação não crescimento, não é o único facto. Que o digam a Polónia e a Itália em que a instabilidade fez com que não crescessem tanto como poderiam, mas não impediu a verificação de taxas de crescimento apreciáveis.

Na verdade, com ou sem estabilidade cabe aos agentes políticos tomar as decisões certas que empurrem São Tomé e Príncipe para o caminho dos investimentos e do desenvolvimento. É isso que verdadeiramente se espera dos eleitos nestas eleições.

Para aceder a estes e outros conteúdos do *JurISTEP* clique nas hiperligações ou visite-nos em www.juristep.com.

O Editor: *Kiluanje Tiny*

O *Boletim JurISTEP* é uma publicação gratuita do *JurISTEP*. Se não desejar continuar a receber o *Boletim JurISTEP*, por favor, envie-nos um e-mail para tiny@juristep.com, expressando a sua intenção. O *Boletim JurISTEP* é protegido pelos direitos de autor e não deve ser distribuído electronicamente sem o prévio consentimento do(s) destinatário(s).

Investimentos Offshore

Conhece São Tomé e Príncipe?

Porque você precisa de conhecer antes de investir, preparamos para si este artigo que, em apenas 4 páginas, apresenta uma introdução à economia Santomense, sobrevoando as suas características históricas e actuais, apontando as oportunidades de investimentos e negócios no país e identificando as zonas francas em desenvolvimento no país.

Investimentos Offshore em São Tomé e Príncipe: Perguntas e Respostas

Se você sabe o que são investimentos offshore, então este artigo é para si. Oferecemos-lhe 15 respostas aos aspectos que você deve saber para investir offshore em São Tomé e Príncipe. Se não sabe o que é investir offshore, então leia o que pode encontrar nesta forma de investir e saiba o que São Tomé e Príncipe lhe pode oferecer.

Investir Offshore em São Tomé e Príncipe – Aspectos jurídicos

Porque sabemos que a segurança do seu investimento é também um investimento, antecipamos as suas preocupações. Neste artigo poderá saber quais os principais aspectos que a lei prevê para você concretizar o seu investimento: desde a constituição da sociedade anónima offshore até aos regimes fiscal, de transferência de lucros, aquisição de imóveis e aspectos monetários.

Santomean Business Environment (em língua inglesa)

Neste artigo, que complementa o “Conhece São Tomé e Príncipe?”, desenvolvemos alguns aspectos relevantes do ambiente de negócios de São Tomé e Príncipe. Os sistemas fiscal e bancário são explicados e o enquadramento internacional, regional e bilateral das relações comerciais de São Tomé e Príncipe é esboçado. Fique também a conhecer os principais diplomas reguladores dos investimentos e da actividade das empresas/sociedades comerciais no país.